

# O Paço Municipal de São Paulo e as “Normas Básicas para Concurso de Arquitetura”

Fabio Landucci Bonugli, Ana Maria Reis de Goes Monteiro\*

**Resumo** Objetiva-se apresentar o documento de “Normas Básicas para Concurso de Arquitetura”, através dos desfechos dos concursos para o Paço Municipal de São Paulo nas décadas de 1930 e 1950. Através de publicações na revista Acrópole foi possível compreender a construção de documento chave elaborado pelo Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil que tinha como finalidade a padronização dos concursos de arquitetura. Entre seus principais resultados estão os concursos para os Paços e Centros Cívicos municipais realizados no período que acompanharam o avanço profissional e intelectual da arquitetura no sentido ao interior paulista. Por fim, reconhece-se que o documento foi fundamental para a disseminação e desenvolvimento da arquitetura moderna no Estado de São Paulo.

*Palavras-chave:* arquitetura moderna brasileira, concursos de projetos, paço municipal.

## The City Hall of São Paulo and the “Basic Rules for Architecture Competition”

**Abstract** The objective of this paper is to present the document “Basic Rules for Architecture Competition”, through the outcomes of the City Hall of São Paulo competitions in the 1930s and 1950s. Through publications in the Acrópole magazine it was possible to understand the construction of a key document elaborated by the IAB-SP, which aimed to standardize architectural competitions. Among its main results are the competitions for the City Halls and Civic Centers held in the period that accompanied the professional and intellectual progress of architecture towards the interior of São Paulo. Finally, it is recognized that the document was fundamental for the dissemination and development of modern architecture in the State of São Paulo.

*Keywords:* brazilian modern architecture, projects contests, municipal hall.

## El Paço Municipal de São Paulo y las “Normas Básicas para el Concurso de Arquitectura”

**Resumen** El objetivo de este trabajo es presentar el documento “Normas Básicas para el Concurso de Arquitectura”, a través de resultados de los concursos del Palacio Municipal de San Pablo, en las décadas de 1930 y 1950. A través de publicaciones en la revista Acrópole, fué posible la elaboración de un documento clave por el IAB-SP, cuyo objetivo era estandarizar los concursos de arquitectura. Entre sus principales resultados están los concursos para los Palacios y Centros Cívicos Municipales, ocurridos en el período que acompañó el progreso profesional e intelectual de la arquitectura hacia el interior de San Pablo. Este documento se reconoce como fundamental para la difusión y el desarrollo de la arquitectura moderna en el estado de San Pablo.

*Palabras clave:* arquitectura moderna brasileña, concursos de proyectos, paço municipal.

**A** pesar de todos os concursos de projetos que já haviam ocorrido em plano nacional no século XX, até a década de 1950, a questão a respeito da normatização de concursos de arquitetura só foi amplamente debatida por consequência do concurso para o Paço Municipal de São Paulo em 1952. Foram realizados no total três concursos de projetos para se tentar resolver a questão do Paço Municipal na capital paulista.

O primeiro concurso organizado em 1921, pela Prefeitura de São Paulo sob a gestão do Prefeito Firmiano de Moraes Pinto, tinha como objetivo a renovação da máquina de administração e gestão do governo. Tratava-se dos conceitos e idéias republicanas implementadas a partir da proclamação da república no final do século XIX. O evento elegeu o projeto de estética neoclássica do escritório de Ramos de Azevedo, que resultou anos depois no atual Palácio da Justiça (Figura 01) (FINA, 1961; LIRA, 2005).

O segundo concurso, em 1939, também organizado pela Prefeitura de São Paulo, agora pela administração do Prefeito Engº Francisco Prestes Maia, tinha como objetivo reorganizar a administração pública que encontrava-se fragmentada e dispersa em diversos imóveis alugados, na área central da cidade. O evento foi pautado pelas premissas e diretrizes do Plano de Avenidas de 1930<sup>1</sup>, desenvolvido anos antes pelo Prefeito Engenheiro, que pretendia introduzir conceitos modernos na organização e desenvolvimento urbano da capital do Estado (Figura 02). Portanto, tratou-se de um evento apoiado em conceitos modernistas, assim como as propostas entregues. No entanto, o parecer do júri foi unânime do qual nenhum projeto resolveu em plenitude a complexidade do programa e a multiplicidade dos elementos, não havendo portanto projeto a ser premiado (FINA, 1961; LIRA, 2005).

Dentre os projetos desenvolvidos e entregues ao concurso, os dois mais comentados e aclamados pela crítica da época foram o de Flávio de Carvalho (Figura 03) e de Gregori Warchavchik, em parceria com João Batista Vilanova Artigas (Figura 04).

E por fim, o terceiro concurso em 1952, organizado pela Prefeitura de São Paulo sob a gestão do Prefeito Armando de Arruda Pereira, com assessoria do IAB-SP, que tinha como objetivo resolver a pendência do concurso anterior. Tratou-se de um evento intensamente criticado inicialmente, em vista da falta de projeto ganhador do evento anterior, e portanto a Prefeitura buscou o apoio e assessorias do IAB-SP. No entanto, novamente a ata do júri definiu que nenhum projeto resolveu as questões impostas pelo edital, o que resultou na não premiação de nenhum dos participantes (FINA, 1961; LIRA, 2005).

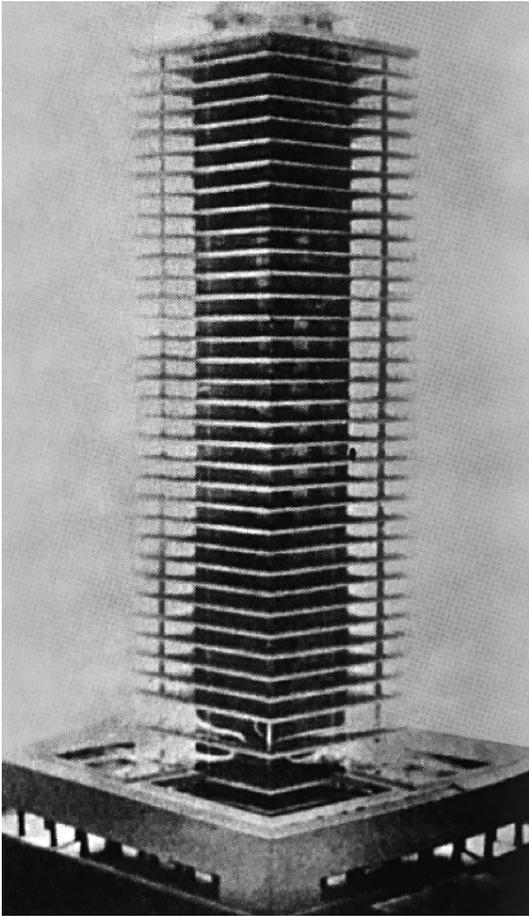
\* Fabio Landucci Bonugli é Arquiteto e Urbanista, professor da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC), ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-4790-343X>>. Ana Maria Reis de Goes Monteiro é Arquiteta e Urbanista, professora da Universidade Estadual de Campinas, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-7345-9558>>.

<sup>1</sup> O Plano de Avenidas, de 1930, de autoria do Engº Francisco Prestes Maia, propunha novo projeto para o edifício público do Paço Municipal, estrategicamente localizado nos novos eixos urbanos, inspirando-se nos exemplos norte-americanos de uma monumental construção neo-clássica, sobre grandes arcos transpassados por avenidas (Figura 02) (LIRA, 2005).

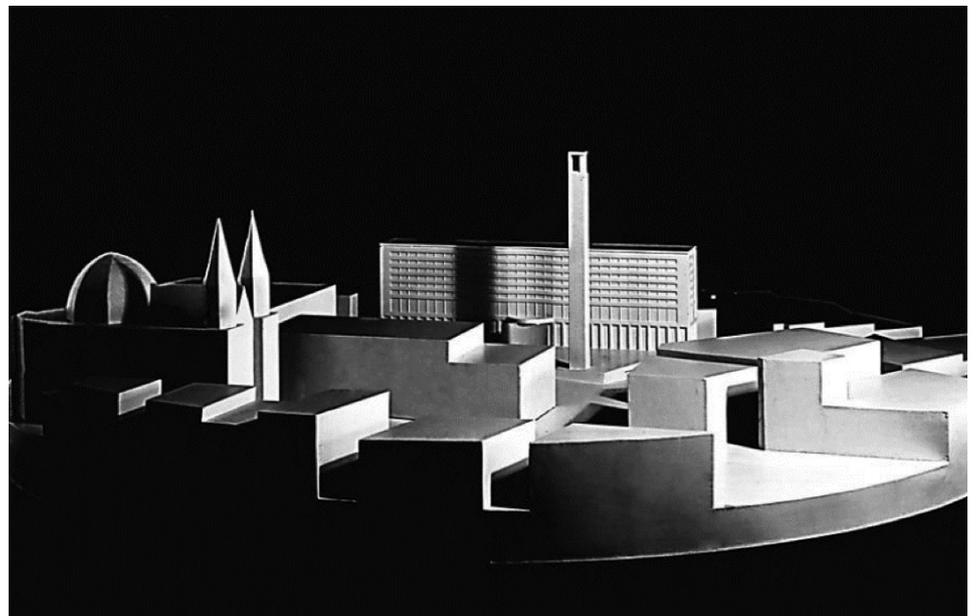


**Figura 1:** Palácio da Justiça de São Paulo. Foto Postal Colombo 1967. Fonte: <<https://sampahistorica.wordpress.com/2014/05/09/tj/>>. Acessado em março/2018.

**Figura 2:** Estudo para o Paço Municipal de São Paulo. Arq. Pres-tes Maia, 1930. Fonte: <<http://fernandopiola.com/2010-Projeto-Sao-Paulo>>. Acessado em março/2018.



**Figura 3 (topo):** Projeto para o Concurso para o Paço Municipal de São Paulo em 1939. Arq. Flávio de Carvalho, 1939. Fonte: DAHER, 1982.



**Figura 4:** Projeto para o Concurso para o Paço Municipal de São Paulo em 1939. Arq. Gregori Warchavchik e Arq. João Baptista Vilanova Artigas, 1939. Fonte: DAHER, 1982.

Paralelamente, ocorreu o Plano de Metas, durante a década de 1950, observando-se um intenso investimento em infraestrutura – principalmente em rodovias - e na diversificação da indústria de base. Em específico, no caso do Estado de São Paulo em seu cenário econômico e demográfico ocorreu a desconcentração de sua capital (NEGRI, 1994) e um grande avanço econômico e social, com investimentos em edificações de obras públicas e a disseminação de novas políticas educacionais e de saúde para o interior do Estado (CORDIDO, 2008). Esses ímpetus acabaram por incentivar o movimento intelectual e a disseminação do ideário moderno, promovendo a profissão do arquiteto urbanista no Estado, amparando e legitimando o ofício além da capital (CORDIDO, 2008; DEDECCA, 2012; VIDOTTO, 2014).

A história do Paço Municipal de São Paulo se delongou nos anos seguintes da década de 1950, havendo inclusive o episódio de um projeto realizado e doado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e equipe à prefeitura da capital paulista. Além da realização de concorrências públicas para a construção do projeto de Niemeyer e equipe, e para um novo projeto de autoria interna da própria Prefeitura (FERRAZ, 1983; FINA, 1961; LIRA, 2005).

Por fim, a questão do Paço Municipal de São Paulo tornou-se objeto de promessa de campanha política, e resume-se até os dias atuais no ato simbólico do lançamento de sua pedra fundamental em 1961.

### O concurso de 1952 e as críticas às normas

Após o fracasso e o desânimo deixados pelo concurso de 1939<sup>2</sup>, retomou-se o assunto da realização de novo concurso para o Paço Municipal. O edital lançado em 20 de fevereiro de 1952, diferentemente do evento realizado anteriormente, ganhou destaque nas páginas da revista Acrópole<sup>3</sup> (ACRÓPOLE, 1951).

O edital apresentado na edição nº 164 (ACRÓPOLE, 1951) do periódico, originalmente publicado no Diário Oficial de São Paulo e assinado pelo Secretário de Obras da Prefeitura, Dário de Castro Bueno, definia em linhas gerais as regras do concurso. Quem estava apto a participar : profissionais legalmente habilitados ou firma, sociedade ou companhia, desde que com a representação de um arquiteto associado; os produtos que deveriam ser entregues, desenho de situação e urbanização do entorno na escala 1:500, de ajardinamento na escala 1:200, plantas, cortes e elevações na escala 1:100, três perspectivas exteriores com os pontos de vista pré-definidos, além de detalhes e memorial descritivo; o modo de entrega, em invólucros fechados de papel na cor branca, acompanhados de sobrecartas fechadas e lacradas, contendo identificações do arquiteto responsável e foto de perspectiva da proposta; o escopo de trabalho que poderia se estender ao estudo de urbanização aos quarteirões vizinhos; cláusulas de exclusão de propostas que não cumpriam exigências impostas pelo edital; prazos de entrega e de avaliação da Comissão Julgadora em até 30 dias; e prêmios, podendo serem cumpridos total ou parcialmente segundo o juízo do Júri, para o primeiro, segundo e terceiro colocados, e 3 menções honrosas (ACRÓPOLE, 1951).

O edital ainda mantinha em aberto os nomes da comissão do júri. No entanto, deixava definido que deveria ser composto por um representante engenheiro ou arquiteto: da Câmara Municipal, do Instituto de Engenharia, do IAB-SP, da Universidade de São

<sup>2</sup> Para ver mais sobre o Concurso para o Paço Municipal de São Paulo, e a sua repercussão na mídia, consultar LIRA, 2005.

<sup>3</sup> Para ver mais sobre o papel do periódico em questão e outros, em relação ao meio profissional e sociedade, ver DEDECCA, 2012.

Paulo, do Departamento de Arquitetura, escolhido pelo Prefeito, do Departamento de Urbanismo – escolhido pelo Prefeito, e por fim o Prefeito que seria o presidente do Júri, totalizando 7 componentes no júri. Por fim, após o julgamento, os trabalhos seriam expostos em evento ao público, ficando a encargo dos concorrentes retirarem os trabalhos no final do evento (ACRÓPOLE, 1951).

Algumas questões presentes no edital chamaram a atenção dos arquitetos e dos órgãos de categoria – IAB-SP e CREA, ainda incomodados com a experiência do concurso anterior, de 1939. Nesse sentido, o Instituto organizou-se internamente, e com apoio do CREA, encaminhou à Prefeitura, logo depois da publicação do primeiro edital, um ofício (IAB, 1954) sugerindo alterações nas normas em pontos referentes à composição do júri, na escala dos desenhos a serem apresentados, nos prazos de entrega e na premiação.

O Instituto argumentava que a composição do júri, do jeito que estava, não era homogênea, sendo demasiado grande, podendo gerar resultados insatisfatórios pela falta de profissionais da área. A escala 1:100 demonstrava-se exagerada, o que exigiria imenso detalhamento e refinamento do projeto, qualidade que não era necessária naquela etapa de anteprojeto. O prazo de 3 meses e meio era exíguo para o desenvolvimento de um projeto de tal complexidade e escala exigida. Esses fatores somados à pequena quantia em dinheiro oferecida aos profissionais ganhadores tornavam o concurso menos atrativo. Além de que a premiação deveria garantir os direitos autorais sobre os trabalhos apresentados, inclusive a garantia de edificação do ganhador (IAB, 1954).

O que se observou nas atas das seguintes reuniões da diretoria do IAB-SP foi uma troca de cartas entre o Instituto e a Prefeitura, a fim de alinhar as solicitações exigidas para que o IAB-SP declarasse publicamente apoio e incentivo ao concurso (IAB, 1954). Para tanto, partes das exigências foram contempladas em edital, menos a questão do prazo.

As novas regras foram publicadas na edição nº 165 da Acrópole (ACRÓPOLE, 1952). Foram antecedidas por um enfático texto do Arq. Wilson Maia Fina, presente figura na diretoria do IAB-SP<sup>4</sup> e que fora selecionado como membro suplente do júri do concurso do Paço Municipal em questão.

Intitulado “Comentários à margem dos concursos públicos”, o texto traçava um panorama geral da situação dos concursos públicos no Estado e das reais necessidades de se elaborar um correto e democrático edital (ACRÓPOLE, 1952).

O texto começava expondo que:

*Os concursos públicos existentes atualmente [...] tem se apresentado através de seus editais num desencontro de normas [...] criando um clima de desinteresse e de desconfiança entre os arquitetos do país [...], e “[...] que o poder público [...] ainda não compreendeu o verdadeiro sentido de um concurso público, na esfera da arquitetura [...]” e que portanto “[...] o sucesso de um concurso está na base correta de um edital [...]].* (ACRÓPOLE, 1952, p. 303-304).

<sup>4</sup> Apesar de não constar na lista da diretoria na Gestão de 1952 do Instituto, o Fina desempenhou o papel de Tesoureiro nas Gestões de 1949, 1950-1951, 1953, 1955, e posteriormente nas Gestões de 1964-1965 e 1966-1967 foi do Conselho Fiscal. Informação acessada no site do IAB-SP. Disponível em: <<http://www.iabsp.org.br/index.php/iab-sao-paulo/diretoria/>>. Acessado em fev/2018. No entanto, através das Atas das Reuniões do IAB-SP, é possível verificar uma intensa presença e participação do arquiteto no ano de 1952.

Em seguida, o texto abordava exatamente os mesmos pontos sugeridos na alteração do edital para o concurso do Paço Municipal de São Paulo encaminhados para o poder público: a garantia do direito autoral do projeto; a execução e fiscalização do mesmo; o prazo em relação ao valor da premiação e exigência de detalhamento das propostas e a composição do júri por número limitado de até 3 arquitetos e evitar a presença de figuras estranhas à profissão entre os membros (ACRÓPOLE, 1952).

O artigo finalizava criticando a gestão das obras públicas, entre elas os grupos escolares, onde, normalmente, faltava verba para a finalização da área interna dos projetos. Por fim, comparou-se a eficácia dos concursos de arquitetura organizados por entidades particulares com os do poder público, sendo que as particulares consultavam o órgão de classe para a orientação e elaboração do edital e do evento, o que o autor considerava sempre um sucesso (ACRÓPOLE, 1952).

Isto posto, entende-se que esse texto foi um posicionamento público do Departamento de São Paulo do Instituto dos Arquitetos do Brasil perante a Prefeitura Municipal, o qual, apesar de ter demonstrado apoio ao evento em curso, não estava plenamente de acordo com as normas contidas no edital.

Na mesma edição da revista, seguia a atualização do edital do concurso, intitulado “Dados para Edital de Concorrência do Ante-Projeto para o Paço Municipal” (ACRÓPOLE, 1952). No documento, a mudança mais visível foi o da composição do júri, que passara de 7 pessoas para 4 membros sendo, dentre eles, três arquitetos selecionados de uma lista fornecida pelo IAB, e o Prefeito como presidente dos jurados, além da mudança de escala das plantas de 1:100 para 1:200 (ACRÓPOLE, 1952).

### **O posicionamento público do IAB-SP e o desfecho do concurso de 1952**

Por sua vez, o posicionamento do IAB-SP contra as medidas adotadas no primeiro edital, já anunciado pelo texto de Fina (ACRÓPOLE, 1952) e apresentado nas trocas de cartas entre Instituto e Prefeitura (IAB, 1954), foi exposto publicamente na edição seguinte do periódico. Através de uma espécie de carta aberta, o Instituto publicou no periódico seu posicionamento endereçado a administração municipal em relação a atualização do edital (ACRÓPOLE, 1952a).

A carta resposta do IAB-SP em relação ao primeiro edital foi organizada a partir dos três pontos, os quais o Instituto discordava do documento elaborado pela Prefeitura. Eram eles o “Prazo e escalas dos desenhos” - que por conta do exíguo prazo de 3 meses, a escala de 1:100 não era compatível; portanto sugeriu-se a mudança para 1:200 -, a “Constituição da Comissão Julgadora” - onde foi sugerida uma maior homogeneidade dos membros e redução do número de júris de 7 para 3, sendo esses arquitetos de renome designados -, e “Dos Prêmios” - que segundo a carta, nenhum arquiteto de valor iria se interessar apenas pelo prêmio em dinheiro, mas sim pela garantia de poder desenvolver seu anteprojeto. Os pontos citados acima são os mesmos citados anteriormente, no ofício enviado para a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Entende-se que esse documento foi uma maneira de transparecer publicamente aos profissionais e à sociedade civil, quais mudanças e sugestões a respeito do edital do

concurso foram levadas anteriormente à administração municipal, e que, apesar do esforço, nem todas as solicitações foram atendidas, inclusive algumas foram ignoradas.

Assim, nas páginas seguintes, foi apresentada como resposta uma cartilha intitulada “Normas Básicas para Concurso de Arquitetura”, elaborada pelos arquitetos Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar, através do IAB-SP (ACRÓPOLE, 1952a). O documento versava sobre as normas de uma maneira geral, e deixava claro que a real necessidade de elaboração do documento foi devido a “erros” básicos cometidos na organização do concurso de anteprojetos, ora promovido pela Prefeitura de São Paulo, para a construção de um edifício da importância do Paço Municipal” (ACRÓPOLE, 1952a).

Além de expor a causa da elaboração das normas, o Instituto posicionou-se de maneira a apoiar e prestigiar daquele momento em diante, apenas os concursos que estivessem de acordo com as regras contidas naquele documento (ACRÓPOLE, 1952a).

O documento era composto por 47 artigos, sendo esses agrupados em 11 assuntos: Considerações Gerais; Dos concorrentes; Do arquiteto consultor; Do prazo e entrega dos ante-projetos; Dos trabalhos exigidos; Da identificação dos concorrentes; Da devolução dos trabalhos; Do júri, Do julgamento; Dos prêmios; e Dos dados a serem fornecidos aos concorrentes (ACRÓPOLE, 1952a).

Sumariamente à compilação dessas normas, baseou-se nas posturas observadas nos editais dos concursos anteriores, em especial ao documento norteador do Concurso para o Paço Municipal de São Paulo, de 1952. O texto estabeleceu linhas gerais e estruturou um modelo para o desenvolvimento de qualquer tipo de concurso de arquitetura, tanto público como privado, enaltecendo as questões debatidas e criticadas em relação ao concurso realizado pela Prefeitura.

Era, portanto, uma espécie de manual que visava orientar e balizar o desenvolvimento e gestão de concursos de arquitetura em território nacional, independentemente da presença do IAB ou da administração pública – o que justifica cingir as questões relativas a concursos privados. O sucesso de um concurso, dependeria, assim, da responsabilidade de seguir tais normas.

No entanto, naquele ano de 1952, realizou-se o novo concurso para o Paço Municipal, que seguiu os “Dados para Edital de Concorrência do Ante-Projeto para o Paço Municipal”, publicado anteriormente na edição nº165 da Acrópole. Foram inscritos um total de 23 participantes, sendo que apenas 11 apresentaram o trabalho. O júri, inclusive, reconheceu que o prazo estipulado pareceu insuficiente para que mais propostas fossem entregues (ACRÓPOLE, 1953).

Por fim, os jurados consideraram que nenhum dos concorrentes abordou suficientemente o estudo de urbanização e plasticidade requeridos pelo programa e exposto no edital. A banca concluiu por fim, que todos os projetos apresentavam infrações das normas contidas no edital e que não havia prêmios a serem conferidos porque nenhum projeto fora classificado. Foram apenas dadas menções honrosas, a título de indenização das despesas materiais dos estudos, afim de possibilitar à prefeitura se apropriar de soluções parciais contidas nos projetos (ACRÓPOLE, 1953).

Novamente, o segundo concurso para o Paço Municipal de São Paulo foi anulado e ficou sem vencedores, para a desilusão dos participantes. Esta tornou-se maior no ano seguinte, quando contrariando a todo o apoio e posicionamento do IAB-SP e CREA, e ao propósito de legitimação democrática da realização de um concurso sobre bases legais, entrou em cena um projeto elaborado por Oscar Niemeyer e equipe, apresentando a Prefeitura de São Paulo. E, como introduzido anteriormente, a questão tornou-se objeto de promessa de campanha política, não sendo efetivada até os dias atuais e resumindo-se ao ato simbólico do lançamento de sua pedra fundamental em 1961 (FERRAZ, 1983; LIRA, 2005).

## Resultados

Infelizmente, como já mencionado, até os dias atuais a administração pública de São Paulo não possui edifício próprio para abrigar seu corpo administrativo; isto é, o Paço Municipal. No entanto, os concursos e tentativas de projetos apresentados foram fundamentais para um propósito maior: a normatização dos concursos públicos de arquitetura através do IAB-SP. O documento adquiriu presença valorosa perante o governo e a sociedade. Os resultados dessa normatização só foram possíveis por conta de alguns fatores que permitiram o desenvolvimento da arquitetura moderna em consonância com o desenvolvimento econômico e político do Estado de São Paulo (BONUGLI, 2019).

Na década de 1950, durante o período do Plano de Metas, em específico no Estado paulista, observou-se a desconcentração de sua capital, isto é, através de investimentos em infraestrutura – principalmente na rodoviária – e na diversificação da indústria de base, a produção e os fluxos se ramificaram no sentido ao interior do Estado, alterando seu cenário econômico e demográfico (NEGRI, 1994).

Paralelamente, o Governo do Estado de São Paulo realizou programas como o Plano de Ação (PAGE) do Governo Carvalho Pinto e o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), os quais proporcionaram a parceria entre os arquitetos que residiam em sua capital e demanda em curso no sentido interior do Estado (CORDIDO, 2008). Como consequência, observou-se uma intensificação no número de obras públicas nos eixos de expansão e a disseminação de ideários relacionados à educação e saúde no interior do Estado paulista (CORDIDO, 2008).

Esse movimento não foi apenas de grandes investimentos em infraestrutura e obras públicas, mas também da disseminação da arquitetura moderna e da profissão do arquiteto, através de personagens que vieram a desenvolver importantes obras fora da capital (CORDIDO, 2008; DEDECCA, 2012).

Ocorreu também nesse período a criação das delegacias municipais do IAB-SP, fora da região metropolitana da capital paulista, para amparar e legitimar os profissionais que vieram desenvolver projetos nos demais municípios (VIDOTTO, 2014). Fato que reforça a dispersão profissional e intelectual do arquiteto urbanista.

Esses acontecimentos receberam a cobertura midiática de periódicos, em especial o da revista Acrópole, que seguiu através de suas publicações os fluxos dessas novas obras e migração de profissionais, além de possuir uma coluna dedicada aos boletins

do IAB (DEDECCA, 2012). Gradualmente, os projetos e as discussões publicadas em suas páginas, que em sua maioria tratava-se da grande São Paulo, deram lugar às empreitadas da arquitetura moderna no interior paulista.

A soma desses acontecimentos gestaram um cenário de intenso volume de obras federais e estaduais no Estado de São Paulo (CORDIDO, 2008). Consequentemente, os municípios providos dos investimentos e da população migrante, logo conquistaram recursos e interesses para o desenvolvimento de obras municipais.

Com as principais obras desenvolvidas nesse período, objetivou-se a modernização das sedes dos poderes municipais, que resultaram nos projetos de Paços e Centro Cívicos, que tiveram a discussão a respeito de seu tema e programa aprofundados após a realização do concurso nacional para a nova Capital Federal do país – Brasília, em 1956 (BONUGLI, 2019).

Os projetos dessas novas sedes administrativas municipais, ainda pouco explorados pela arquitetura moderna brasileira, tratavam de complexos programas sem elucidações claras aos profissionais. Ademais, temos como parâmetro as críticas decorrentes dos concursos realizados para o projeto do Paço Municipal de São Paulo nas décadas de 1930 e 1950. Portanto, era indispensável a organização e o desenvolvimento desses projetos democraticamente da melhor maneira possível (BONUGLI, 2019).

Dessa forma, o IAB-SP junto às administrações municipais, e baseado na cartilha de “Normas Básicas para Concurso de Arquitetura” - publicada na revista Acrópole em 1952, foram desenvolvidas as bases legais e editais para os principais concursos de arquitetura destinados à proposição e discussão dessas novas sedes administrativas (BONUGLI, 2019). Tais como: Concurso de Anteprojetos para o Paço Municipal e Parque Central de Campinas (1957), Concurso para o Paço Municipal e Centro Cívico de Santo André (1965), e Concurso para o Paço Municipal de Franca (1969) (ACRÓPOLE, 1957; ACRÓPOLE, 1965; ACRÓPOLE, 1969; BONUGLI, 2019).

O evento de Campinas, pioneiro na aplicação das normas, contou em sua elaboração com a assessoria do IAB-SP em conjunto com uma equipe interna da Prefeitura Municipal. O Instituto designou para o desenvolvimento do trabalho os próprios autores da cartilha “Normas Básicas para Concurso de Arquitetura” (ACRÓPOLE, 1952a), os arquitetos Rino Levi e Roberto Cerqueira Cesar, que posteriormente figuraram também como parte do Júri de Arquitetos (ACRÓPOLE, 1957; IAB-SP, 1957; BONUGLI, 2019).

Assim como os outros dois concursos para o Paço Municipal e Centro Cívico de Santo André (1965), e para o Paço Municipal de Franca (1969) também presenciaram a assessoria e participação do IAB-SP no desenvolvimento de suas bases legais e editais (ACRÓPOLE, 1965; ACRÓPOLE, 1969; BONUGLI, 2019; FERREIRA, 2007).

Além dos arquitetos que elaboraram a cartilha, foram nomeados profissionais reconhecidos e habilitados para os restantes das cadeiras do júri. Dessa maneira, nomes como Rino Levi, Affonso Eduardo Reidy, Oswaldo Bratke, Gian Carlo Gasperini, Rubens Carneiro Viana, Ícaro de Castro Mello, Paulo Mendes da Rocha, Henrique Mindlin, Jon Maitrejan, entre outros, fizeram parte da história desses eventos (ACRÓPOLE, 1953; ACRÓPOLE, 1957; ACRÓPOLE, 1965; ACRÓPOLE, 1969).

Um dos principais periódicos da época, que publicou a respeito desses acontecimentos foi a Revista Acrópole, que trouxe uma ampla cobertura a respeito dos concursos de arquitetura, noticiando desde as aberturas dos eventos, editais, atas dos júris, e a apresentação dos projetos premiados.

Além da discussão nas páginas dos Boletins do IAB-SP, que versavam a respeito dos concursos e do papel do profissional arquiteto urbanista. O periódico da categoria apresentou também notícias, editais e os resultados dos referidos eventos.

### **Considerações finais**

Os concursos e projetos realizados para o Paço Municipal de São Paulo, revelaram como o governo do Estado paulista estava despreparado para lidar com a organização de concursos para projetos públicos de grande porte, e com o programa tão complexo como o exigido para abrigar a administração pública. O assunto se estendeu por mais de duas décadas e não foi resolvido até os dias atuais. Outro fato importante é o recorte temporal em que ocorre, sendo a metade do século XX um período de contato com significativas transformações urbanas, sociais e econômicas e na significação do campo de trabalho do Arquiteto Urbanista. Porém, os acontecimentos narrados a respeito, serviram para um propósito maior: a criação de uma normatização básica para concursos de arquitetura, a partir da organização do IAB-SP.

O documento de 1952, além de ser um manifesto contrário aos eventos desfavoráveis à arquitetura e à profissão, que aconteceram em relação ao projeto do Paço Municipal de São Paulo – e reafirmado em 1956, pelo crítico Geraldo Ferraz (FERRAZ, 1956) - norteou a organização de concursos de projetos públicos na esfera municipal, no interior do Estado paulista, nas décadas seguintes.

Isso, em paralelo a um movimento de investimentos e de profissionais que se ramificou a partir da capital do Estado. Como resultado observou-se a elaboração, o sucesso e a concretização de diversos concursos públicos de projetos para os municípios de São Paulo, sendo que os principais foram os eventos organizados para os Paços Municipais e Centro Cívicos.

Em sentido contrário, do interior à capital, esses concursos ganharam as páginas dos principais periódicos especializados da época, que divulgaram a produção e a disseminação da arquitetura moderna nos municípios.

Portanto, a série de concursos públicos que ocorreram no interior de São Paulo foi decorrente de uma soma de fatores, que além de legitimar e propagar a prática democrática do concurso, amparado pelo IAB-SP, concretizou obras modernas de notável qualidade no meio profissional, que, somadas às ações dos governos federais e estaduais, fizeram com que a estética moderna adentrasse em novas terras e culturas.

### **Referências bibliográficas**

ACRÓPOLE. São Paulo. Ano XIV, n. 164, Dezembro de 1951.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Ano XIV, n. 165, Janeiro de 1952.

ACRÓPOLE. São Paulo. Ano XV, n. 166, Fevereiro de 1952a.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Ano XVI, n. 184, Outubro de 1953.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Ano XXI, n. 230, Dezembro de 1957.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Ano XXVII, n. 320, Agosto de 1965.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Ano XXXI, n. 364, Agosto de 1969.

BONUGLI, Fabio Landucci. O concurso para o Paço Municipal e Parque Público Central de Campinas – 1956-1969. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: Unicamp, 2019.

CORDIDO, Maria Tereza R. Leme de Barros. Edifícios públicos. Arquitetura forense: arquitetura moderna questionando a simbologia e mitos do Poder Judiciário no Estado de São Paulo. *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo do programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo*. EESC-USP. São Carlos, 1/2008.

DAHER, Luiz Carlos. *Flávio de Carvalho: Arquitetura e expressionismo*. São Paulo, Projeto Editores, 1982.

DEDECCA, Paula Gorenstein. Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965). *Dissertação de Mestrado*. São Paulo: USP, 2012.

FERRAZ, Geraldo. “Deve-se, sempre, proceder a concursos de arquitetura”. In: *Habitat*, num. 26, jan. 1956, pp.23-5.

\_\_\_\_\_. *Depois de Tudo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1983.

FERREIRA, Mauro. Planejamento Urbano nos tempos do SERFHAU: o processo de construção e implantação do Plano Diretos de Desenvolvimento Integrado de Franca. *Tese de Doutorado*. São Carlos: USP, 2007.

FINA, Wilson Maia. *Paço Municipal de São Paulo: sua história nos quatro séculos de sua vida*. Editora Anhambi, São Paulo, 1961.

IAB-SP, Boletim Mensal do. São Paulo. n. 35, Janeiro de 1957. Disponível em <[http://www.iabsp.org.br/boletins/boletins\\_1957.pdf](http://www.iabsp.org.br/boletins/boletins_1957.pdf)>. Acessado em Julho de 2019.

IAB-SP. *Livro de Atas nº 2: das reuniões do conselho diretor (de 03/03/1952 a 04/10/1954)*, 1954. Arquivo do IAB-SP. Consultado em Março de 2018.

LIRA, José Tavares Correia de. Crítica Modernista e Urbanismo: Geraldo Ferras em São Paulo, da Semana a Brasília. In: *Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional da Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR*. Bahia, 2005.

NEGRI, Barjas. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). *Tese de Doutorado*. Campinas: UNICAMP, 1994.

VIDOTTO, Taiana Car. A indissociável relação entre o ensino e a profissão na constituição do arquiteto e urbanista moderno no estado de São Paulo: 1948 – 1962. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: Unicamp, 2014.

Recebido [Ago. 28, 2018]

Aprovado [Jul. 29, 2019]